



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para realização de sondagem de solo a percussão D= 2 ½” com medida SPT, incluindo mobilização e desmobilização de pessoal e equipamento de sondagem à percussão.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	sondagem de solo a percussão D= 2 ½” com medida SPT	6	Serviço	R\$ 1.476,71	R\$ 8.860,26
PREÇO ESTIMADO GLOBAL: R\$ 8.860,26 OITO MIL E OTOCENTOS E SESENTA REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS					

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contado da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.3. O licitante ao cadastrar sua proposta não deverá se identificar na plataforma até o final da fase de lances, sob pena de desclassificação do certame. (Ex: Nos campos Marca/Modelo/Fabricante utilizar o termo “PRÓPRIO (A)”.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.4. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de sondagem de solo a percussão D= 2 ½” com medida SPT, incluindo mobilização e desmobilização de pessoal e equipamento de sondagem à percussão, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e o art. 7º, inciso I da Portaria Municipal nº 31/2023, a contratação fundamenta-se na necessidade de atender ao interesse público, garantindo a adequada execução de obras de infraestrutura.
- 2.1. O Município de São Geraldo busca aprimorar a urbanização da cidade e revitalizar as estradas das zonas rurais, dando continuidade às obras de construção e reforma de pontes nas localidades do Bairro Nova Morada, Bairro Maria Braga Lisboa e Bela Vista, na Zona Rural.
- 2.2. A necessidade da contratação fundamenta-se no compromisso do município com o aprimoramento da infraestrutura urbana, em conformidade com o artigo 11 da Lei 14.133/2021, que determina que as contratações devem atender ao interesse público e contribuir para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços públicos.
- 2.3. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, tendo em vista que em razão da transição da vigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a revogação das legislações dispostas no art. 193 do referido diploma legal, apenas em 30 de dezembro de 2023, e tendo o Município optado pela utilização das lei revogadas até a data de suas revogações, não houve a obrigatoriedade da elaboração do PCA.
- a) Embora não esteja previsto no PCA, o objeto dispõe de previsão orçamentária para a efetiva contratação.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução definida para a execução dos serviços de sondagem de solo à percussão D=2 ½, com medida SPT, incluindo mobilização e desmobilização de pessoal e equipamento de sondagem à percussão, para 6 (seis) furos.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. Que sejam observados os requisitos propostos nas normas técnicas vigentes;
- 4.3. Os requisitos essenciais para a contratação dos serviços de sondagem geotécnica são:
 - 4.3.1 **Método de Sondagem:** Execução da sondagem de solo à percussão D = 2 1/2” com medida SPT (Standard Penetration Test).
 - 4.3.2 **Execução dos Serviços:** Mobilização e desmobilização da equipe e equipamentos, realização de no mínimo seis furos de sondagem com profundidade adequada e emissão de relatório técnico detalhado.
 - 4.3.3 **Qualificação da Empresa:** Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou órgão equivalente, responsável técnico experiente e comprovação de capacidade técnica por meio de atestados.
 - 4.3.4 **Padrões de Qualidade e Segurança:** Conformidade com a norma ABNT NBR 6484:2020 para sondagem de solo e garantia de segurança na execução dos serviços.
 - 4.3.5 **Sustentabilidade:** Adoção de práticas ambientais para minimizar impactos, priorização de mão de obra local sempre que possível e otimização dos recursos públicos para garantir economicidade e eficiência.
- 4.4. O contrato deverá prever garantia mínima de 03 (três) meses para os serviços executados;
- 4.5. Requisitos Operacionais:
 - 4.1. Execução dentro do prazo estabelecido no contrato, sem atrasos que comprometam a execução da obra.
 - 4.2. Utilização de equipamentos adequados;
 - 4.3. Equipe capacitada para execução dos serviços, com habilitação técnica compatível com as exigências do contrato;Atendimento às normas de segurança do trabalho, incluindo o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- 4.6. Ainda para a presente contratação deve-se obedecer os critérios de sustentabilidade dispostos no Decreto Federal nº 7.746/2012.
- 4.7. Considerando-se o art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, a contratada deverá, sempre que possível, adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:
 - a) utilizar materiais e processos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água e, em adição a esta norma, que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, além de adotar medidas que evitem o seu derramamento no meio ambiente;
 - b) preferencialmente, utilizar materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) utilizar materiais e equipamentos que proporcionem maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d) empregar, preferencialmente, sempre que possível, mão de obra local;
 - e) utilizar materiais e/ou equipamentos que apresentem maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - f) empregar o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - g) utilizar recursos naturais de origem sustentável.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Subcontratação

- 4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vistoria

- 4.10. Nesta contratação, a empresa interessada na execução dos serviços poderá realizar vistoria técnica no local da obra antes da apresentação da proposta, a fim de verificar as condições do ambiente, as dimensões dos elementos a serem utilizados e as necessidades específicas para a realização da sondagem.
- 4.11. O município disponibilizará documento emitido pelo setor de obras e infraestrutura, com imagens do local. A vistoria garante que a contratada tenha conhecimento exato das condições da estrutura, evitando a proposição de soluções inadequadas ou subdimensionadas para os reparos.
- 4.12. A contratada será integralmente responsável por garantir a qualidade dos serviços, no prazo máximo de 10 dias após a emissão da ordem de compra.
- 4.13. Um representante técnico da empresa deverá comparecer ao local, acompanhado por um responsável designado pelo Município, que fornecerá informações técnicas e esclarecerá eventuais dúvidas;
- 4.1. Será disponibilizado um relatório fotográfico da estrutura atual para embasar o planejamento da execução dos serviços.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá as seguintes diretrizes:
- 5.2. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, conforme definido em cláusula específica.;
- 5.3. A execução do objeto desta contratação seguirá o modelo de execução integrada e simultânea dos serviços para evitar descontinuidade ou atrasos no cronograma, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência.
- 5.4. Utilização de equipe especializada, com comprovação de experiência na execução dos serviços contratados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.5. O preço ofertado deverá incluir todas as despesas indiretas, tais como encargos trabalhistas, tributos, transporte, embalagem, seguro, entre outros custos necessários para garantir a prestação dos serviços conforme especificado no contrato.
- 5.6. Os parâmetros de qualidade e especificações dos itens devem obedecer o disposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. (art. 7º, § 3º, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. (art. 8º do Decreto Municipal nº 4.585/2023).

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado. (art. 7º do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução dos serviços. (art. 7º, § 4º, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade. (art. 7º, § 1º, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, por meio de instrumentos de controle. (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Municipal nº 4.585/2023).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pelo público usuário. (art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (art. 117, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. (art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Fiscalização Administrativa

- 6.14. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos referentes as obrigações previdenciárias, fiscais e/ou trabalhistas, e outros aspectos acessórios à execução do objeto, como também quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (art. 3º, inciso III, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, realizando verificações periódicas conforme cronograma estabelecido, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor designado para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentro outros, conforme (art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).

7. DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. Não atender aos resultados acordados;
- 7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida o fornecimento contratado;
- 7.2. A indicação do Gestor, Fiscal e de seus substitutos caberá ao Secretário da Pasta. (art. 4 do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 7.3. A Gestão do Contrato será realizada pela Secretaria solicitante do órgão contratante.
- 7.4. A Fiscalização será coordenada pela Secretaria solicitante e realizada por servidor(es) designado(s) por meio de portaria para a fiscalização.
- 7.5. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.
- 7.6. Em caso de eventuais necessidades de modificações no quadro de gestores e fiscais do contrato, o ato será formalizado por meio de portaria desta instituição.
- 7.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor designado para a



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto. (art. 2º do Decreto Municipal nº 4.585/2023).

- 7.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato. (art. 3º, § 3º, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 7.9. O processo deverá ser executado com base nos parâmetros mínimos estabelecidos.
- 7.10. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, parâmetros para medição dos resultados, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.
- 7.11. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.
- 7.12. São indicadores básicos de avaliação do fornecimento:
- 7.12.1. Pontualidade na execução do serviço;
 - 7.12.2. Qualidade dos produtos, conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e neste instrumento;
 - 7.12.3. Conformidade com o pedido expresso na Ordem de Compra emitida pelo setor de compras do município;
 - 7.12.4. Suporte e assistência técnica fornecidos pela contratada;
 - 7.12.5. Conformidade com os preceitos de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.
 - 7.12.6. Pontualidade e qualidade na execução dos serviços, bem como substituição e manutenção quando necessário;
 - 7.12.7. Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
 - 7.12.8. Cumprimento de obrigações contratualmente estabelecidas;
 - 7.12.9. Cumprimento de determinações e notificações.

Do recebimento

- 7.13. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo do fiscal técnico ou administrativo, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver. (art. 3º, § 2º, do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 7.14. O recebimento provisório e definitivo dos serviços deve ser realizado em consonância com as regras definidas no ato convocatório. (art. 11 do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 7.15. Ao realizar o recebimento dos serviços, o órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação das funções. (art. 12 do Decreto Municipal nº 4.585/2023).
- 7.16. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.17. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.18. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.19. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.20. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final da avaliação das especificações para realização dos serviços, o fiscal técnico do contrato irá apurar através de testes de resistência e estabilidade em todas as estruturas substituídas; pintura e retoques finais para garantir acabamento estético e proteção adicional contra corrosão; limpeza completa do local, garantindo remoção de resíduos e materiais excedentes; realização da vistoria final para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, para efetuar o redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.21.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.21.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.21.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 7.21.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.21.5. O serviço poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.22. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.23. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.28. O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.29.1. O prazo de validade;
 - 7.29.2. A data da emissão;
 - 7.29.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.29.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 7.29.5. O valor a pagar;
 - 7.29.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, podendo ser suspensos, sem prejuízo de rescisão do contrato, caso o contratado não possua situação regular junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.32. Conforme entendimento da Controladoria do Município de São Geraldo, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Art.36 DECRETO Nº 388/2023 DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 e também dos artigos: 40 inciso I; Art.49; Art.92 incisos V, VI; Art.141 e seus incisos e parágrafos e por fim Art. 146 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, além de levarem em consideração a LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, conforme seção anterior.
- 7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.35.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, sendo o Decreto Municipal nº 257/2023 que dispõe sobre a retenção do imposto de renda incidente na fonte sobre os pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços por órgãos e entidades do poder executivo municipal e dá outras providências.
- 7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. A contratação será realizada por meio de **procedimento de dispensa de licitação**, na forma **eletrônica**, fundamentada na hipótese do **artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, devido ao valor estimado do objeto.
- 8.2. O julgamento da proposta será baseado no critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme disposto no **artigo 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

Regime de execução

- 8.1. O regime de execução será por **empreitada por preço global**, conforme **artigo 6º, inciso XLII, da Lei 14.133/2021**, abrangendo o **fornecimento de materiais e a execução dos serviços com mão de obra especializada e exclusiva**, deverá ocorrer no local indicado pela Administração Municipal, dentro do prazo previsto no contrato, sem possibilidade de parcelamento ou entregas fracionadas, salvo previsão expressa em cláusula contratual.
- 8.2. A contratada será responsável pela execução integral do objeto.

Exigências de habilitação

Habilitação Jurídica

- 8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 8.7. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da Sociedade Simples ou Empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.9. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- 8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

Qualificação técnicas:

8.22. Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)

- A empresa deve estar **registrada no CREA** do estado onde atua.
- Deve contar com um **responsável técnico** (engenheiro civil, engenheiro geotécnico ou geólogo) com registro ativo no CREA.
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)
- Para cada serviço de sondagem, deve ser emitida uma **ART** vinculada ao profissional responsável pelo trabalho.
- Atividade econômica (CNAE) ativo, compatível com serviços de sondagem/geotecnia.
- Licença Ambiental (se aplicável)
- A empresa deve seguir normas como:
 - a) **NBR 6484** – Execução de sondagens de simples reconhecimento dos solos.
 - b) **NBR 7250** – Identificação e descrição de amostras de solos.
 - c) **NBR 9603** – Ensaio de penetração estática (CPT).

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado da contratação é de VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 8.630,13 (OITO MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS E TREZE CENTAVOS).

Adequação Orçamentária

- 9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de São Geraldo.

São Geraldo/MG, 14 de março de 2025.

HERMES CARLOS MARQUES
Setor de Obras e Infraestrutura